

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas. em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis do Banco J.P. Morgan S.A. (Banco) do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Desempenho:** No exercício o Banco apresentou um lucro de R\$ 256.342 mil, correspondente a R\$ 45.282,11 por ação, sendo que no exercício anterior apresentou lucro de R\$ 384.671 mil. Em 31 de dezembro de 2017, o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 758.002,83 com aumento de 1,80% em relação ao exercício anterior. **Índice de Basileia:** O Banco adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil. Em

31 de dezembro de 2017, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 25,50%, sendo o Patrimônio de Referência de R\$ 4.642.254 mil e o Patrimônio de Referência Exigido de R\$ 1.683.758 mil. **Gerenciamento de Risco:** O Conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. Conforme determinado pelas regras do Banco Central as estruturas que regem as atividades de riscos e gerenciamento de capital do Conglomerado estão publicadas em diretório de acesso público, disponível no endereço <https://www.jpmorgan.com/country/BR/PT/disclosures>. A divulgação das informações referentes à gestão de riscos, Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e à adequação do Patrimônio de Referência (PR) estabelecida pela Circular nº 3.678

também estão disponíveis no site acima. **Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria é único para o Conglomerado Financeiro, sendo composto por quatro membros, todos ées Diretores do Banco. O resumo do relatório que contempla as atividades exercidas pelo comitê acompanha as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as quais foram aprovadas por esse comitê em reunião realizada em 21 de março de 2018.

São Paulo, 21 de março de 2018.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)					
Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	
Circulante		32.306.361	31.784.795	Circulante	
Disponibilidades		143.050	954.998	Depósitos	16a
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	21.665.831	17.803.471	Depósitos à vista	5.436.102
Aplicações em moeda estrangeira		21.064.901	17.803.471	Depósitos interfinanceiros	122.477
Aplicações em mercado aberto		600.930	-	Depósitos a prazo	1.787.753
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7 e 8	5.417.023	7.693.806	Captações no mercado aberto	16b
Carteira própria		2.678.073	3.021.639	Carteira própria	7.505.290
Vinculados a compromissos de recompra		59.772	123.679	Carteira de terceiros	59.608
Vinculados à prestação de garantias		1.159.220	3.183.174	Carteira livre movimentação	7.197.183
Instrumentos financeiros derivativos		1.519.958	1.365.314	Captação COE	189.308
Relações interfinanceiras e interdependências		52.108	18.685	Relações interdependências	8
Depósitos no Banco Central		52.108	18.666	Recursos em trânsito de terceiros	54.710
Outros		-	19	Recursos em trânsito de terceiros	54.710
Operações de crédito	9	641.873	414.019	Obrigações por empréstimos	17
Empréstimo de ações		174.084	93.068	Empréstimos no exterior	8.076.520
Setor privado		468.848	321.475	Instrumentos financeiros derivativos	8
Provisão para créditos de liquidação duvidosa ..		(1.059)	(524)	Instrumentos financeiros derivativos	1.491.300
Outros créditos	11	4.383.494	4.896.480	Outras obrigações	4.677.359
Carteira de câmbio		3.982.390	4.170.853	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1.196
Rendas a receber		15.317	24.997	Carteira de câmbio	3.860.685
Negociação e intermediação de valores	10	97.606	505.574	Sociais e estatutárias	10.556
Diversos	12a	288.340	197.572	Fiscais e previdenciárias	202.086
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(159)	(2.516)	Negociação e intermediação de valores	345.198
Outros valores e bens		2.982	3.336	Diversas	257.638
Despesas antecipadas		2.982	3.336	Exigível a longo prazo	4.486.350
Realizável a longo prazo		2.407.540	2.313.890	Depósitos	16a
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7 e 8	1.127.722	1.150.669	Depósitos a prazo	2.038.228
Vinculados à prestação de garantias		-	149.510	Captações no mercado aberto	16b
Instrumentos financeiros derivativos		1.127.722	1.001.159	Captação COE	32.188
Operações de crédito	9	323.157	207.945	Instrumentos financeiros derivativos	8
Setor privado		324.420	209.383	Instrumentos financeiros derivativos	1.640.075
Provisão para créditos de liquidação duvidosa ..		(1.263)	(1.438)	Outras obrigações	12b
Outros créditos		956.661	955.276	Fiscais e previdenciárias	441.711
Rendas a receber		-	455	Diversas	334.148
Diversos	12a	965.033	962.813	Resultados de exercícios futuros	1.624
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9	(8.372)	(7.992)	Patrimônio líquido	20
Permanente		1.306.408	1.183.728	Capital social	4.291.054
Investimentos		1.164.042	1.037.600	De domiciliados no país	2.453.981
Participações em controladas no país	13	1.161.871	1.036.235	De domiciliados no exterior	8.670
Outros investimentos		2.541	1.735	Reservas de capital	2.445.311
Provisão para perdas		(370)	(370)	Reservas de lucros	37.624
Imobilizado de uso		136.639	140.401	Ajustes de avaliação patrimonial	1.801.703
Imóveis de uso	14	89.502	89.352	Ações em tesouraria	2.686
Outras imobilizações de uso		118.294	122.906		(4.940)
Depreciações acumuladas		(71.157)	(71.857)		
Intangível	15	5.727	5.727		
Outros ativos intangíveis		5.727	5.727		
Total do ativo		36.020.309	35.282.413	Total do passivo e patrimônio líquido	36.020.309

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em milhares de reais)										
		Reservas de capital			Reservas de lucros					
		Subvenções								
	Nota	Capital social	para investimento	Outras reservas	Legal	Estatutária	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	
									Total	
Em 31 de dezembro de 2015.....		2.453.981	24.939	2.072	167.173	1.182.777	(9.083)	-	(10)	3.821.849
Pagamento baseado em ações.....	22	-	-	2.389	-	-	-	-	-	2.389
Atualização de reservas de capital.....		-	-	552	-	-	-	-	-	552
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação do ajuste ao valor de mercado		-	-	-	-	-	10.703	-	-	(10.703)
Grupamento de ações	20	-	-	-	-	(10)	-	-	(4.930)	(4.940)
Lucro líquido do exercício.....		-	-	-	-	-	-	384.671	-	384.671
Destinação do lucro líquido:										
Reserva legal.....	20	-	-	-	19.234	-	-	(19.234)	-	-
Reserva estatutária	20	-	-	-	-	365.437	-	(365.437)	-	-
Em 31 de dezembro de 2016		2.453.981	24.939	5.013	186.407	1.548.204	1.620	-	(4.940)	4.215.224
Pagamento baseado em ações.....	22	-	-	6.865	-	-	-	-	-	6.865
Atualização de reservas de capital.....		-	-	807	-	-	-	-	-	807
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação do ajuste ao valor de mercado		-	-	-	-	-	1.066	-	-	1.066
Lucro líquido do exercício.....		-	-	-	-	-	-	256.342	-	256.342
Distribuição de dividendos.....	20	-	-	-	-	(189.250)	-	-	-	(189.250)
Destinação do lucro líquido:										
Reserva legal.....	20	-	-	-	12.817	-	-	(12.817)	-	-
Reserva estatutária	20	-	-	-	-	243.525	-	(243.525)	-	-
Em 31 de dezembro de 2017.....		2.453.981	24.939	12.685	199.224	1.602.479	2.686	-	(4.940)	4.291.054
Em 30 de junho de 2017		2.453.981	24.939	5.820	186.407	1.548.204	3.313	158.716	(4.940)	4.376.440
Pagamento baseado em ações.....	22	-	-	6.865	-	-	-	-	-	6.865
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação do ajuste ao valor de mercado		-	-	-	-	-	(627)	-	-	(627)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	-	97.626	-	97.626
Distribuição de dividendos.....	20	-	-	-	-	(189.250)	-	-	-	(189.250)
Destinação do lucro líquido:										
Reserva legal.....	20	-	-	-	12.817	-	-	(12.817)	-	-
Reserva estatutária	20	-	-	-	-	243.525	-	(243.525)	-	-
Em 31 de dezembro de 2017.....		2.453.981	24.939	12.685	199.224	1.602.479	2.686	-	(4.940)	4.291.054

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: O Banco J.P. Morgan S.A. ("Banco" ou "Instituição"), localizado em São Paulo, está autorizado a operar como banco múltiplo com as carteiras comercial, de investimentos e câmbio. As operações do Banco e das empresas controladas são conduzidas no contexto de um conglomerado que atua integralmente no mercado financeiro, nacional e internacional. Consequentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente. As demonstrações contábeis do Banco J.P. Morgan S.A. foram aprovadas pela Administração em 21 de março de 2018.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN). Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

3. Principais práticas contábeis: (a) **Apuração do resultado** - É apurado pelo regime de competência. (b) **Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos** - Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068 do BACEN, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração, na categoria "Títulos para negociação", relativa a títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, sendo classificados no curto prazo e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período e "Títulos disponíveis para venda", que não se enquadraram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos, compostos pelas operações a termo, operações com opções, operações de futuros, operações de swaps e outros derivativos, estão classificados na categoria de instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge*, sendo assim avaliados a valor de mercado em contrapartida às contas de resultado do período. Para cálculo do valor de mercado da carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos são utilizados os seguintes critérios: • Títulos públicos federais, títulos privados, *swaps*, termos e outros derivativos: apurado com base nos preços médios de negociação ou pelo valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. Os títulos públicos têm seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA. • Ações: cotação de fechamento divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3). • Opções: modelo de precificação *Black & Scholes* e modelos internos, quando o modelo *Black & Scholes* não é aplicável. • Futuros: cotações e taxas publicadas pela B3. • Para os títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos são realizados ajustes resultantes dos procedimentos de avaliação de apereçamento previstos pela Resolução nº 4.277. A avaliação da necessidade de ajuste independe da metodologia de apereçamento adotada, sendo observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade. • CVA (*Credit Valuation Adjustment*): São realizados ajustes para os derivativos de balcão em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte quando o preço de mercado de um instrumento financeiro (ou parâmetro utilizado para avaliar um instrumento financeiro) não é indicativo da qualidade de crédito da contraparte. A prática de mercado está pautada na premissa de que ao cotar preços, todas as contrapartes em operações de derivativos no mercado de balcão organizado têm a mesma qualidade de crédito. Portanto, é necessário um ajuste para refletir a qualidade de crédito de cada contraparte para se chegar ao valor de mercado. O ajuste também considera fatores contratuais destinados a reduzir a exposição de crédito do Banco para cada contraparte, tais como garantias

e direitos de compensação. (c) **Ativos circulante e realizável a longo prazo** - Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante julgado suficiente para cobrir possíveis perdas e considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes do BACEN e requisitos das Resoluções nº 2.682 e 4.512 do CMN. (d) **Permanente** - É demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos: • As participações em sociedades controladas, em proporção ao valor do patrimônio líquido contábil dessas controladas, são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. • A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens. A avaliação periódica sobre o reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos, normatizada pela Resolução nº 4.535 do CMN, tem periodicidade anual. • O intangível está representado pelos direitos adquiridos destinados à manutenção da entidade ou exercícios com essa finalidade, de acordo com a Resolução nº 4.534 do CMN. O ativo intangível foi classificado como um ativo de vida útil indefinida por não existir um limite previsível para o período durante o qual o ativo deverá gerar fluxos de caixa líquidos positivos para a Instituição. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). São realizados testes na linha de Outros Ativos Intangíveis, seguindo metodologia abordada pela regulamentação (CPC 01). (e) **Passivos circulante e exigível a longo prazo** - Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos. (f) **Passivos contingentes e obrigações legais** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta-Circular nº 3.429 do BACEN. (i) Passivos contingentes – decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária, civil, trabalhista e outros riscos. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível, os quais de acordo com as normas vigentes devem ser divulgados, mas não provisionados. Os processos cujos riscos de perda jurídica e/ou financeira sejam classificados como remoto, não são provisionados nem divulgados. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais dados em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. (ii) Obrigações legais - os processos tributários que estão caracterizados como obrigação legal são integralmente provisionados. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos. (g) **Imposto de renda e contribuição social** - A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 20%, conforme artigo 1º da Lei nº 13.169/15 cuja vigência foi iniciada a partir de setembro de 2015. Ativo e passivo fiscais diferidos referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 31 de dezembro de 2017: (i) o crédito tributário de IRPJ permanece com a alíquota nominal de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização da alíquota aplicável de acordo com a perspectiva da realização dos ajustes temporários. Para tanto, foi considerada alíquota nominal de 20% de CSLL para ajustes temporários a serem realizados até dezembro de 2018 e 15% para ajustes temporários a serem realizados a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme estabelece a Lei nº 13.169/15. (h) **Caixa e equivalentes de caixa** - Incluem disponibilidades e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e prazo

	Nota	Segundo semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2017	2017	2016
Atividades operacionais				
Lucro líquido ajustado		58.347	25.419	334.025
Lucro líquido do semestre/exercício ...		97.626	256.342	384.671
Ajuste ao lucro líquido:		(39.279)	(230.923)	(50.646)
Constituição/(Reversão) de provisão para operações de crédito e outros créditos de liquidação duvidosa	9c	(2.364)	(2.842)	1.004
Depreciações e amortizações		7.676	15.233	14.967
Baixa do intangível - <i>impairment</i>		-	-	4.710
Resultado de participações em controladas	13	(74.538)	(150.192)	(179.333)
Provisões para contingências		75.748	97.666	43.569
Atualização de depósitos judiciais		(15.243)	(59.925)	(65.880)
Constituição/(Reversão) de ativo fiscal diferido	19	(31.082)	(131.896)	128.715
Prejuízo na alienação de imobilizado		524	1.033	1.602
Variação de ativos e obrigações		6.285.386	4.971.671	5.554.253
Redução/(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez		452.530	(600.930)	89.606
Redução em T.V.M. e instrumentos financeiros derivativos (Ativos/Passivos)		4.072.093	2.286.116	2.249.503
Redução/(Aumento) em relações interfinanceiras e interdependências (Ativas/Passivas)		(118.971)	(47.174)	48.030
Aumento em depósitos		143.485	2.437.166	808.969
Aumento em captações no mercado aberto		1.125.698	469.276	1.402.466
Redução/(Aumento) em operações de crédito		(135.992)	(343.426)	259.328
Redução em outros créditos		492.975	703.465	4.433.247
Redução em outros valores e bens		1.502	354	2.223
Aumento/(Redução) em outras obrigações		235.240	74.107	(3.773.765)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(24.958)	(105.489)	(151.101)
Recebimento de juros sobre o capital próprio		21.250	21.250	57.375
Aumento/(Redução) em resultados de exercícios futuros		111	(14)	292
Juros recebidos		20.423	76.970	128.080
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		6.343.733	4.997.090	5.888.278
Atividades de investimento				
Imobilizado de uso (Aquisições e vendas)		(7.903)	(12.504)	(12.114)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(7.903)	(12.504)	(12.114)
Atividades de financiamento				
(Redução)/Aumento em obrigações por empréstimos e repasses		(198.936)	(2.291.612)	6.645.072
Dividendos pagos		(189.250)	(189.250)	-
Juros pagos		(34.750)	(54.242)	(69.541)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) das atividades de financiamento		(422.936)	(2.535.104)	6.575.531
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		5.912.894	2.449.482	12.451.695
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	5	15.295.057	18.758.469	6.306.774
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	5	21.207.951	21.207.951	18.758.469
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		5.912.894	2.449.482	12.451.695

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imobilizado de uso: “Imóveis de uso” estão representados por edificações, no valor de R\$ 43.299 (2016 – R\$ 43.148) e terrenos, no valor de R\$ 46.203 (2016 – R\$ 46.203). “Outras imobilizações de uso” estão representadas, principalmente, por instalações, móveis e equipamentos de uso, no valor de R\$ 84.391 (2016 – R\$ 81.466), e sistema de processamentos de dados no valor de R\$ 32.138 (2016 – R\$ 39.291).

15. Ativos intangíveis: Outros ativos intangíveis são compostos por aquisição da carteira da J.P.Morgan Gávea Gestão de Patrimônio Ltda., no valor de R\$ 3.227 (2016 – R\$ 3.227) e aquisição de Código Fonte no valor de R\$ 2.500 (2016 – R\$ 2.500). Para avaliação do valor recuperável do ativo intangível (teste de *impairment*) foi utilizada a aplicação do critério de fluxo de caixa descontado, indicadores de mercado e estimativas de benefícios futuros. Com base nessa avaliação, em 2016 o montante das perdas por desvalorização reconhecido no resultado do período foi de R\$ 4.710.

16. Depósitos e captações

(a) Depósitos

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total 2017	Total 2016
Depósitos à vista	122.477	-	-	-	122.477	158.437
Depósitos interfinanceiros	1.787.753	-	-	-	1.787.753	1.913.864
Depósitos a prazo	1.075.549	2.450.323	630.669	1.407.559	5.564.100	2.964.863
Total	2.985.779	2.450.323	630.669	1.407.559	7.474.330	5.037.164

(b) Captações no mercado aberto

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total 2017	Total 2016
Operações compromissadas carteira própria	59.608	-	-	59.608	121.109
Operações compromissadas carteira de terceiros	7.197.183	-	-	7.197.183	6.912.172
Operações compromissadas carteira livre movimentação	189.308	-	-	189.308	19.982
Captações COE	17.973	41.218	32.188	91.379	14.939
Total	7.464.072	41.218	32.188	7.537.478	7.068.202

17. Obrigações por empréstimos no exterior: São representados por recursos captados em instituições financeiras do J.P.Morgan Chase Bank no exterior, sendo R\$ 8.076.520 (2016 – R\$ 10.422.374) com vencimentos entre janeiro de 2018 e agosto de 2018. Em dezembro de 2016, as operações possuíam vencimento até agosto de 2017. As taxas de juros variam de 0,8% até 1,46% ao ano (2016 - 0,43% até 0,9%). De acordo com as normas expedidas pelo CMN, e atendendo às determinações do BACEN, em 31 de dezembro de 2017, o Banco considerou para fins de conversão para reais das operações de empréstimos no exterior, a taxa de câmbio Plax. Por outro lado, na mesma data-base o Banco possui operações com derivativos negociados em Bolsa de Valores realizados com o objetivo de proteção da exposição cambial, para as quais a taxa de câmbio utilizada para liquidação é a taxa de fechamento do dia. Esse tratamento gerou um descasamento entre a variação cambial dos empréstimos no exterior e a do instrumento financeiro derivativo, devido a variação significativa entre essas duas taxas de câmbio. Caso os dois instrumentos financeiros indexados em moeda estrangeira e contratados com o objetivo de proteção da exposição cambial fossem convertidos pela mesma taxa de câmbio de fechamento, o efeito patrimonial seria uma aumento de R\$ 1.720 (2016 – aumento de R\$ 26.282).

18. Passivos contingentes e obrigações legais: As obrigações legais e provisões para contingências constituídas, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

(a) Composição dos saldos patrimoniais

	Depósitos judiciais		Provisões	
	2017	2016	2017	2016
Fiscais e previdenciárias	658.196	751.283	441.711	383.929
Cíveis	21.641	21.478	100.154	115.508
Trabalhistas	15.543	24.821	39.307	38.677
Total	695.380	797.582	581.172	538.114

(b) Movimentação dos saldos patrimoniais

	Fiscais e previdenciárias		Obrigações legais e outros passivos contingentes		Total em 2017	Total em 2016
	Cíveis	Trabalhistas				
Saldo inicial	115.508	38.677	383.929	538.114	509.330	509.330
Despesas financeiras – juros	10.885	2.143	17.768	30.796	39.828	-
Constituições	-	7.266	59.604	66.870	3.741	-
Anistia	-	-	(15.377)	(15.377)	-	-
Reversões	(26.239)	(1.577)	(3.197)	(31.013)	(952)	-
Pagamentos	-	(7.202)	(1.016)	(8.218)	(13.833)	-
Saldo final	100.154	39.307	441.711	581.172	538.114	538.114

(c) Fiscais e previdenciárias – obrigações legais - A Instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98; (ii) dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do Imposto de Renda; (iii) cobrança de alíquota diferenciada de CSLL, em relação às empresas não financeiras. Por representarem obrigações legais, o montante envolvido está integralmente provisionado. Em decorrência da publicação da Lei nº 12.865/13, que reabriu o Programa de Anistia da Lei nº 11.941/09, a Instituição revisou seus processos, tanto no âmbito administrativo quanto judiciário. Foram selecionados para adesão à reabertura da Anistia aproximadamente 28% dos processos judiciais e administrativos, cujo montante provisionado correspondia, em outubro de 2014, a R\$ 1.240.477, sendo que os mais relevantes referem-se aos casos de PIS e COFINS Lei nº 9.718 (alargamento da base), PIS Emendas Constitucionais e CSLL Isonomia. No mês de outubro de 2014, por decisão da Instituição e nos termos da legislação, os débitos relacionados aos processos incluídos na reabertura do Programa de Anistia estabelecida pela Lei nº 11.941 foram liquidados, com a amortização das parcelas pendentes. Em setembro/2017, a Instituição promoveu a consolidação dos débitos incluídos no referido Programa nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.735/2017. No momento, aguarda-se que as Autoridades Fiscais confirmem os pagamentos efetuados, bem como efetuem as correspondentes baixas dos débitos. **(d) Fiscais e previdenciárias – passivos contingentes** - A Instituição também é parte em processos judiciais de natureza tributária que são caracterizados como passivos contingentes e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados externos responsáveis pela condução de tais demandas, sendo as principais aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) imposição do ISS sem amparo da lei federal (taxatividade da lista federal de serviços em relação à lista municipal) no valor de R\$ 112.339 (2016 – R\$ 169.616); (ii) contribuições previdenciárias sobre participações nos lucros e resultados no valor de R\$ 28.589 (2016 – R\$ 114.829); (iii) IRPJ e CSLL, sobre ganhos decorrentes da desmaturalização da Bovespa e BM&F, no valor de R\$ 868 (2016 – R\$ 828); (iv) IRPJ sobre a glosa de dedução de despesas de PLR e gratificações pagas a diretores estatutários R\$ 38.743 (2016 – R\$ 33.188); e (v) outros casos que totalizam R\$ 11.517 (2016 – R\$ 9.165). **(e) Ações trabalhistas** - Referem-se a ações contra o Banco, patrocinadas por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando as características individuais de cada ação. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 163.526 (2016 – R\$ 131.020). **(f) Ações cíveis** - O Banco é parte em processos judiciais e administrativos de natureza civil decorrentes, em sua grande maioria, das atividades desenvolvidas pelos bancos e empresas que incorporou ao longo dos anos. Com isso, o Banco possui um número limitado de processos relativos à sua atual estrutura e respectivos serviços. As provisões são constituídas com base nas opiniões de assessores jurídicos internos e externos sobre a probabilidade de perda de cada ação. A probabilidade de perda é definida através da avaliação individual das ações, que é baseada em análise histórica de informações disponíveis através de experiências em casos passados e semelhantes, daquilo que o mercado vem vivenciando e aplicando, dos entendimentos proferidos por nossos órgãos reguladores e/ou fiscalizadores, das decisões até então proferidas nos casos existentes, assim como na jurisprudência atual dos tribunais. Os principais processos cíveis são referentes à cobrança de expurgos inflacionários decorrentes dos diversos planos econômicos instituídos pelo Governo Federal brasileiro entre os anos de 1989 e 1994. Tais planos tiveram como objetivo a estabilização econômica e combate à hiperinflação (Planos Econômicos). Através de tais processos os detentores de certos tipos de investimento questionam o valor creditado pelo Banco por entenderem que as alterações trazidas pelos Planos Econômicos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários. Em dezembro de 2017, foi firmado acordo entre representantes de bancos e associações de defesa do consumidor sobre o ressarcimento de perdas supostamente registradas por conta de planos econômicos. Até o final de 2017, o acordo ainda não tinha sido homologado pelo Supremo Tribunal Federal. Independentemente do acordo, o tema dos Planos Econômicos ainda depende de uma decisão final do Supremo Tribunal Federal que, em razão da grande relevância da questão, determinou a suspensão de todos os recursos ainda pendentes. Não há, nesse momento, previsão para o julgamento final das ações pendentes no Supremo Tribunal Federal. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 5.318 (2016 – R\$ 2.379).

19. Imposto de renda, contribuição social e créditos tributários: A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	2017	2016
Diferenças temporárias	393.516	261.620
Contingências	62.581	49.423
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.810	8.577
Provisão para honorários advocatícios	5.556	5.198
Provisão para participação nos lucros	67.292	76.432
Marcação a mercado – TVM e derivativos	176.571	38.630
Unidades de ações restritas – RSU	68.228	78.135
Outros	5.478	5.225
Total de créditos tributários – ativo	393.516	261.620

No exercício foi constituído crédito tributário de R\$ 159.086 (2016 – R\$ 28.566) sobre diferenças temporárias e R\$ 64.366 (2016 – R\$ 23.218) sobre prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL, tendo sido realizado R\$ 27.190 (2016 – R\$ 163.443) sobre diferenças temporárias e R\$ 64.366 (2016 – R\$ 23.218) sobre prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL. A previsão de realização dos créditos tributários no montante R\$ 393.516 é estimada em 34% no 1º ano, 12% no 2º ano, 13% no 3º ano, 8% no 4º ano, 7% do 5º ao 7º ano e 4% do 8º ao 10º ano. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 290.531 (2016 – R\$ 189.042). O valor de créditos tributários não ativados sobre o prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social, monta a R\$ 40.238 (2016 – R\$ 104.604). A tributação, considerando as alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social (Nota 3(g)), sobre o resultado antes dos impostos é demonstrada como segue:

	2017	2016
Resultado antes do IRPJ e CSLL – deduzido da participação nos lucros	289.111	567.497
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(130.100)	(255.374)
Resultado de participação em controladas	56.336	50.324
Despesas indutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(9.912)	(12.130)
Compensação ativo fiscal diferido	64.366	23.218
Efeito CSLL (5%)	(21.644)	10.705
Outros	8.185	432
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	97.331	72.549
Resultado de IRPJ e CSLL no exercício	(32.769)	(182.825)

20. Patrimônio líquido

O capital social está dividido em 5.661 (2016 – 5.661) ações nominativas, sendo 5.470 (2016 – 5.470) ordinárias e 191 (2016 – 191) preferenciais, sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto; todavia, gozam de prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da sociedade e prioridade na distribuição de dividendos, observado o direito ao recebimento de dividendos 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias. Aos acionistas é assegurado um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, sendo que o saldo remanescente terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas. Em 29 de janeiro de 2016, os acionistas do Banco, em AGE, aprovaram o grupamento da totalidade das ações ordinárias e preferenciais em uma proporção de 10.000 ações existentes para 1 ação da mesma espécie, nos termos do artigo 12 da Lei nº 6.404/76. O lucro por ação foi de R\$ 67.951 e o valor patrimonial por ação foi de R\$ 744.608. Desconsiderando o evento do grupamento de ações, o lucro por ação seria de R\$ 6.79 e o valor patrimonial por ação seria de R\$ 74,4. Em 03 de fevereiro de 2016, o Banco publicou Aviso aos Acionistas para comunicá-los sobre os procedimentos a serem adotados e o tratamento a ser destinado às frações de ações resultantes do grupamento, bem como o prazo para ajuste de posição acionária. Este evento tornou-se efetivo em 03 de abril de 2016 e foi aprovado pelo BACEN em 20 de maio de 2016. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 17 de novembro de 2017 foi aprovada a distribuição de dividendos aos acionistas no montante de R\$ 189.250 referente ao lucro líquido acumulado na conta Reserva Estatutária. A Reserva de lucros – Estatutária poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à Instituição, bem como para garantir futura distribuição de dividendos. A Reserva de lucros – Legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. A reserva poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social. Os acionistas optaram pelo não recebimento de dividendos sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, conforme deliberado em Reuniões da Diretoria realizadas em 29 de dezembro de 2017 e 29 de dezembro de 2016 respectivamente.

21. Transações com partes relacionadas: (Grupo J.P. Morgan) - As transações realizadas com partes relacionadas, em conformidade com as normas estabelecidas pelo BACEN, estão representadas abaixo. As entidades J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários são empresas controladas pelo Banco JP Morgan S.A., sendo a JPMorgan Chase & CO controladora do Grupo financeiro J.P. Morgan. As demais entidades são empresas coligadas do Grupo.

(a) Transações com entidades do Grupo

	2017		2016	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
Disponibilidade em moeda estrangeira	142.319	-	951.043	-
JP Morgan Chase Bank London - GMI	15.675	-	-	-
JP Morgan Chase Bank National Association	126.644	-	951.043	-
Aplicação em moeda estrangeira	600.930	5.425	-	18
JP Morgan Chase Bank National Association	600.930	5.425	-	18
Instrumentos financeiros derivativos	58.023	492.779	(118.587)	674.801
JP Morgan Chase Bank National Association - São Paulo Branch	(6.274)	145	(140.711)	1.276
Lawton Multimercado	64.297	492.634	22.124	673.525
Serviços prestados a receber	10.484	159.831	19.332	172.977
JP Morgan Administradora de Carteiras do Brasil Ltda.	105	1.258	55	663
JP Morgan Chase Bank, National Association	1.406	29.820	3.248	46.053
J.P. Morgan Securities LLC	2.381	45.826	10.775	68.603
J.P. Morgan S.A. DTVM	926	10.759	644	5.233
J.P. Morgan CCVM S.A.	1.296	15.041	1.576	12.801
JP Morgan Asset Management (Europe)	182	1.586	146	290
JP Morgan Overseas Capital LLC	-	11.642	-	6.885
Lawton Multimercado	3.419	39.328	2.888	32.449
JP Morgan Limited.	769	14.053	-	-
J.P. Morgan Securities PLC – Paris Branch	-	87	-	-
Chase Bank NY Foreign Subs.	-	4.484	-	-
Outros valores a receber/ (a pagar)	(3.539)	(7.051)	1.539	1.521
J.P. Morgan CCVM S.A.	-	-	(716)	-
JP Morgan Asset Management (Europe)	-	-	-	1.522
J.P. Morgan Securities LLC	-	(1.410)	7	(9)
JP Morgan Chase Bank, National Association	(3.539)	(575)	2.248	25
Chase Manhattan Holdings Limitada	-	-	-	(17)
J.P. Morgan Securities PLC	-	(6.958)	-	-
JP Morgan Corp. Financeira	-	(127)	-	-
JPMC Holdings LLC	-	2.422	-	-
Depósitos à vista	(4.091)	-	(6.555)	-
Lawton Multimercado	(27)	-	(2.421)	-
Chase Manhattan Holdings Limitada	(210)	-	(267)	-
JP Morgan Gavea Gestão de Patrimônio	(7)	-	(253)	-
HCM Participações Brasil Ltda.	(266)	-	(284)	-
J.P. Morgan CCVM S.A.	(1.844)	-	(2.191)	-
J.P. Morgan S.A. DTVM	(69)	-	(343)	-
JP Morgan Administradora de Carteiras do Brasil	(950)	-	(46)	-
J.P.Morgan Investimentos e Finanças Ltda.	(422)	-	(92)	-
Norchem Holdings e Negócios S.A.	(83)	-	(35)	-
Norchem Participações e Consultoria S.A.	(77)	-	(455)	-
Gaborone Participações Ltda.	(53)	-	(66)	-
OEP Brasil Ltda.	(83)	-	(50)	-
JP Morgan Overseas Capital LLC	-	-	(52)	-
Depósitos a Prazo	(1.470.703)	(74.154)	(111.973)	(12.691)
OEP Brasil Ltda.	(2.723)	(232)	(52)	(249)
Gaborone Participações Ltda.	(2.481)	(219)	(2.260)	(283)
Lawton Multimercado	(1.320.524)	(62.540)	(1.016)	(1.790)
JP Morgan Administradora de Carteiras do Brasil	(34.535)	(2.520)	(30.733)	(3.476)
JP Morgan Gavea Gestão de Patrimônio	(23.439)	(2.076)	(21.413)	(2.090)
HCM Participações Brasil Ltda.	(87.001)	(6.567)	(56.499)	(4.803)
Depósitos interfinanceiros	(1.787.753)	(193.088)	(1.913.864)	(286.448)
J.P. Morgan S.A. DTVM	(944.561)	(108.638)	(931.296)	(152.961)
J.P. Morgan CCVM S.A.	(508.348)	(51.043)	(544.613)	(73.714)
JP Morgan Chase Bank National Association - São Paulo Branch	(334.844)	(33.407)	(437.955)	(59.773)
Obrigações por operações compromissadas	(5.290.420)	(366.563)	(1.624.638)	(365.282)
J.P. Morgan S.A. DTVM	(59.608)	(2.958)	-	(15)
J.P. Morgan CCVM S.A.	(219.926)	(7.955)	(104.953)	(3.380)
JP Morgan Chase Bank National Association - São Paulo Branch	(38.304)	(2.065)	(12.051)	(7.097)
Lawton Multimercado	(4.972.582)	(353.585)	(1.507.634)	(354.468)
Obrigações por empréstimos em moeda estrangeira	(8.076.520)	(102.591)	(10.422.080)	(51.893)
JP Morgan Chase Bank. National Association	(8.076.520)	(102.591)	(10.422.080)	(51.893)
Negociação e intermediação de valores	(589)	(692)	(13.179)	(2.864)
J.P. Morgan CCVM S.A.	(440)	(678)	13.813	(2.864)
JP Morgan Overseas Capital LLC	(149)	(14)	(26.276)	-
Operações de câmbio	(518)	-	510	12.931
JP Morgan Chase Bank National Association - São Paulo Branch	(518)	-	510	12.931
Despesa de pessoal	(98.731)	(41.433)	(117.130)	(42.538)
JP Morgan Chase & CO.	(98.731)	(41.433)	(117.130)	(42.538)

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando em consideração a ausência de risco.

(b) Remuneração da administração - Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os diretores estatutários do Conglomerado. A despesa no exercício com a remuneração dos administradores está demonstrada a seguir:

	2017	2016
Salários e encargos	27.534	23.121
Participação nos lucros e gratificações	53.688	63.860
Encargos sobre gratificações	20.023	23.466
Planos de aposentadoria e pensão	1.625	1.207
Outros benefícios	1.425	1.171

22. Benefícios: (a) Fundo de pensão - O Banco é um dos patrocinadores da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão (“Fundo”), constituído majoritariamente sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o Banco J.P. Morgan S.A. contribuiu com R\$ 17.485 (2016 – R\$ 16.658) para o Fundo. **(b) Unidade de ações restritas** - Os funcionários elegíveis do Banco participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). Sua entrega em data futura está sujeita a restrições, cancelamentos ou reversões. Por serem restritas, o período de aquisição do direito (*vesting period*), de 50% das ações se dá em dois anos e os outros 50% em três. Caso o funcionário se desligue da Instituição por conta própria o plano de benefício em ações é cancelado. A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz (listadas na Bolsa de Nova Iorque - NYSE) concedidas multiplicado pelo valor justo da ação na data da concessão.

	2017	2016
Quantidade de ações	Quantidade de ações	Valores em milhares de Dólares (USD)
Ações em circulação em 01/01/2017	718.698	40.178
Ações outorgadas durante o exercício (<i>granted</i>)	175.902	14.908
Ações entregues no exercício (<i>vested</i>)	(321.575)	(17.686)
Transferência/saída de funcionários	(49.526)	(2.675)
Ações em circulação em 31/12/2017	523.499	34.725

	2017	2016
Quantidade de ações	Quantidade de ações	Valores em milhares de Dólares (USD)
Ações em circulação em 01/01/2016	789.006	42.732
Ações outorgadas durante o exercício (<i>granted</i>)	285.728	16.260
Ações entregues no exercício (<i>vested</i>)	(312.863)	(16

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

Banco J.P. Morgan S.A.

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis do Banco J.P. Morgan S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco J.P. Morgan S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** - A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por

fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2018



pwc PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Conglomerado JP Morgan (o "Banco"), constituído pela Assembleia Geral Extraordinária de 14 de junho de 2004, é composto por quatro membros, todos eles Diretores do Banco. Dentre as principais atividades exercidas pelo Comitê de Auditoria no âmbito de suas atribuições para a data-base 31 de dezembro de 2017, destacam-se: a. a avaliação da efetividade do sistema de controles internos e das auditorias independente e interna, com ênfase nos processos de avaliação de risco, no monitoramento do ambiente de controle e na detecção de eventuais deficiências existentes; b. a avaliação da qualidade das demonstrações contábeis do Banco e das empresas que compõem seu conglomerado financeiro local. Com o objetivo de assegurar a efetividade do ambiente de controles internos, o Comitê de Auditoria abordou diversas atividades de controles internos do Banco as quais são exercidas através de um conjunto de políticas internas e procedimentos. Tais políticas e procedimentos, que são devidamente supervisionados pela Administração do Banco, objetivam a verificação sistemática de adoção e cumprimento de dispositivos legais e normativos. O Comitê de Auditoria acompanhou o monitoramento contínuo do ambiente de controles internos e as iniciativas em andamento. As atividades de controle interno incluem, entre outras, o estabelecimento de políticas internas e seu

monitoramento, o processo de auto-avaliação de controles pelas diversas áreas do Banco, a análise da eficiência operacional, o Comitê de Controle, e auditorias periódicas realizadas pela Auditoria Interna e pela PricewaterhouseCoopers. No contexto da avaliação da efetividade do sistema de controles internos, nenhuma deficiência relevante foi identificada. O Comitê de Auditoria também realizou reuniões com as auditorias independente e interna onde foram avaliados o plano de auditoria e seu relacionamento com os objetivos estratégicos do Banco, a independência, a qualificação, a metodologia e a qualidade dos relatórios e comunicações dentre outros pontos passíveis de avaliação. O Comitê de Auditoria conclui que os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna são adequados e estão compatíveis com as funções e responsabilidades das mesmas. Com base nas atividades acima mencionadas e no âmbito de suas atribuições, o Comitê de Auditoria considera apropriada a qualidade das demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 21 de março de 2018